

# Termo de Referência 83/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
83/2024	120625-GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	MARIANA DE CARVALHO LESSA MIRANDA	05/09/2024 12:30 (v 9.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67440.002080/2024-13

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de Dietas Enterais para o HFAB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme tabela de itens, anexo 7.1 deste TR.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **até 90 (noventa) dias corridos**, contados de cada empenho decorrente da Ata de Registro de Preços e da nota fiscal até seu pagamento, cujo prazo dependerá notadamente da entrega, do recebimento provisório e definitivo, e o de pagamento conforme os prazos dos itens informados no Termo de Referência, na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5 A ata de Registro de Preço terá validade de 1 (um ) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual [2024], código de planejamento GAPDF24MAT047** conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, Setembro /2023):

4.1.1. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros;

4.1.2. Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, ré embalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

4.1.3 Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

4.1.4 O art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA.

4.1.5 O controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em todo o território nacional, rege-se pela Lei nº 5.991/1973 que em seu art. 2º prevê que as suas disposições abrangem as unidades congêneres que integram o serviço público civil e militar da administração direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e demais entidades paraestatais, no que concerne aos conceitos, definições e responsabilidade técnica.

4.1.6 De acordo com o art. 2º, II e III, da RDC nº 16/2014 da ANVISA, a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da ANVISA, contendo autorização para o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC 16 e a Autorização Especial (AE) é o ato de competência da ANVISA que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes da RDC 16.

4.1.7 A RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 da ANVISA estabelece em seu art. 3º, inciso III, que a certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação em vigor;

4.1.8 Conforme a RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008 - Detentor do Documento de Regularização do Produto na Anvisa é a designação dada ao titular do registro, do cadastro, da autorização de modelo, do comunicado, da notificação ou do protocolo pertinente do bem ou produto perante a ANVISA.

4.1.9 Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.10 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

4.1.11 A RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013 da ANVISA estabelece em seu art. 3º que a certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação em vigor.

4.1.12 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

## **DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.2 Caso a comissão de planejamento verifique a necessidade de solicitar amostra do item, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será notificado para apresentar amostra gratuita dos itens.

4.2.1 As amostras apresentadas serão verificadas quanto a compatibilidade com as especificações técnicas do material e observações descritas no edital.

4.2.2 Será necessário fornecer documentação técnica do produto junto com as amostras.

4.2.3 As amostras colocadas à disposição do HFAB serão tratadas tipo padrão e devem estar acompanhadas dos respectivos prospectos e manuais, se aplicável, bem como conter as seguintes informações:

4.2.3.1 Nome do licitante;

4.2.3.2 número do item correspondente;

4.2.4 característica na embalagem, tais como:

4.2.4.1 Data de fabricação;

4.2.4.2 Prazo de validade;

4.2.4.3 Marca;

4.2.4.4 Nº de referência;

4.2.4.5 código do produto ;

4.2.4.6 modelo.

4.3 O processo de avaliação da(s) amostra(s) ocorrerá na Seção de Nutrição do HFAB, Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, Lago Sul, Brasília/DF - Brasil - CEP 71607-900.

4.3.1 A avaliação será realizada em horários e dias previamente acordados com a empresa.

4.3.2 A amostra deve ser entregue no prazo de 3 dias úteis a partir da data de convocação.

4.3.3 A convocação deverá ser feita via chat no comprasnet.

4.3.4 As amostras serão submetidas a análise técnica conforme o descritivo do produto.

4.3.5 As amostras reprovadas e não utilizadas, ou não enviadas, ou com atraso na entrega, sem justificativa coerente, ou ainda, havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a mesma será recusada e deverão ser retiradas pela empresa no prazo de 3 (três) dias úteis, sem gerar ônus ao HFAB.

4.4 O parecer(es) técnico(s) e análise(s) dos produtos será(ão) feitos por uma comissão composta pela Chefia da Seção de Nutrição e nutricionistas da seção, que registrarão em formulário o(s) resultado(s) da (s) análise(s) e os critério(s) observado(s), o nome com assinatura da comissão que atestaram o(s) produto (s) e a data em que o parecer foi devolvido, considerando os seguintes critérios estabelecidos:

4.4.1 EMBALAGEM: Observar se o invólucro protege adequadamente o produto/material; facilidade de abertura da embalagem sem de laminação e suas características, tais como data fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo, estão registrado de forma clara na embalagem;

4.4.2 INSTRUÇÃO DE USO: Verificar a existência de orientação/instruções de uso que orientem a utilização adequada do produto, manuais de instruções impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

4.4.3 PRATICIDADE: Verificar praticidade de utilização do material;

4.4.4 CONFORMIDADE TÉCNICA: Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital;

4.4.5 MANUSEIO: Avaliar se o produto/material é de fácil manuseio.

4.4.6 CONFORMIDADE TÉCNICA: Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentado e as contidas no Edital.

4.4.7 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Observar se as dietas oferecidas estão enquadradas segundo a RDC Nº 21 de 13 de Maio de 2015 e se registrado na ANVISA, através do Art 3º. Lei Nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 ;

4.5 SEGURANÇA: Observar se o produto propicia condições de utilização segura;

4.6 OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: Registrar impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião dos profissionais que realizaram o teste e se está com conformidade com a descrição técnica do Termo de Referência.

## **SUBCONTRATAÇÃO**

4.7 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.10 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.11 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.12 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.13 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.14 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.16 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.17 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.18 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.19 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.20 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.21 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

4.22 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.23 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

4.24 Deverá comprovar certificação de todos os itens deste Termo conforme a RDC Nº 21 de 13 de Maio de 2015 e se registrado na ANVISA, através do Art 3º. Lei Nº 6.360 de 23 de setembro de 1976.

## 5. Modelo de execução do objeto

### CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

5.2 O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias corridos, contados do envio da nota de empenho à contratada pelo endereço eletrônico [nutricaohfab@gmail.com](mailto:nutricaohfab@gmail.com), em remessa parcelada. Os responsáveis pelo recebimento serão os militares que compõem a seção da SNUT. A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: “Hospital de Força Aérea de Brasília, Área Especial do Aeroporto Internacional de Brasília, Lago Sul, CEP 71607-900, Brasília DF, no setor de Nutrição do HFAB, tel: (61) 3364-7842, no período das 08h às 13 horas, de segunda à sexta-feira. Para acesso ao local de entrega utilizar exclusivamente a portaria da guarnição do próprio HFAB.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 03 (três) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de



Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.18. **O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **DO REAJUSTE**

7.24 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

7.25 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

$I$ =Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.26 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

7.27 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.28 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.31 Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

7.31.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

7.31.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.31.3 der causa à inexecução total do contrato;

7.31.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.31.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.31.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.31.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.31.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.31.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.31.9.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da Dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.31.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação, bem como praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

7.31.11 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

7.32 Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa entre 0,5% e 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.9, conforme disposição do art. 156 §3º da Lei nº 14.133/21;

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 12.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.33 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.34 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública, observado o princípio da proporcionalidade.

7.35 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, conforme abaixo:

7.35.1 **Advertência** - Quando a Contratada infringir obrigações ajustadas no acordo:

7.35.2 **Multa** - Aplicada por escrito, preferencialmente após a advertência.

7.36 Facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a multa poderá ser aplicada, concomitantemente com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV, do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

7.37 A multa a que se refere o art. 156 e o inciso II da Lei nº 14.133/21 poderá ser definida e aplicada conforme as situações abaixo:

7.37.1 O atraso no prazo da prestação dos serviços implicará multa(s) que poderá(ão) ser calculada(s) com base na seguinte fórmula:

$M = (C/T) \times N \times F$ , sendo:

M = valor da multa; C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;

T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;

N = período de atraso em dias corridos; e

F = fator progressivo (fator de correção por dia de atraso), obtido na tabela a seguir:

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 dias 0,05	Até 10 dias 0,05
De 11 a 20 dias 0,08	De 11 a 20 dias 0,08

De 21 a 30 dias 0,11	De 21 a 30 dias 0,11
De 31 a 40 dias 0,13	De 31 a 40 dias 0,13
Acima de 40 dias 0,17	Acima de 40 dias 0,17

7.38 Poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do acordo, caso a empresa descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando:

7.38.1 não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços;

7.38.2 Por atraso na entrega de compras e na execução de serviços - Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso; e

7.38.3 Atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

7.38.4 Por inexecução total ou parcial do objeto contratado.

7.39 Em qualquer fase ou etapa estará a empresa sujeita a multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida, seja compra, serviço ou realização de obra/serviço de engenharia;

7.40 A UG deverá informar à empresa o valor a ser recolhido e o código de recolhimento, devendo a contratada, por meio de GRU, comprovar a quitação das multas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à Contratada, esgotados todos os recursos administrativos e o direito de ampla defesa;

7.41 Da aplicação das multas previstas caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, consoante o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133/21.

7.42 Declaração de Inidoneidade - declaração que impede o licitante/contratado de licitar/contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assim que houver, cumulativamente, a reparação integral do dano causado a Administração Pública, pagamento da multa, cumprimento de reabilitação definidas no ato punitivo, análise jurídica prévia, depois de decorrido o prazo de 3 (três) anos da aplicação.

#### CESSÃO DE CRÉDITO

7.43. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.44. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.45. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.47. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.48. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, via Sistema de Registro de Preço (SRP) sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será em REMESSA ÚNICA.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Nota(s) explicativa(s): 3

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Nota(s) explicativa(s): 6

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da **contratação**.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens (dietas enterais) em características, quantidades e prazos compatíveis com 50% (cinquenta por cento) do objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1. Entende-se por pertinente e compatível em característica, o atestado que contemple o fornecimento de dietas enterais, conforme a proposta;

8.31.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;



8.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.5 Todos os produtos deverão estar em conformidade, assim como devidamente certificados, mediante a comprovação, com a RDC Nº 21 de 13 de Maio de 2015, que versa sobre o Regulamento técnico de fórmulas para nutrição enteral, estabelecendo classificação, designação, requisitos de composição, qualidade, segurança e rotulagem das fórmulas, e em conformidade com a Lei Nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, Art 3º, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.31.6 A validade dos produtos de dietas enterais deverá ser de 12 (doze), sendo que desses, no mínimo 50% (cinquenta) os produtos entregues deverão ter data de validade mínima de 06 (seis) meses. Caso isso ocorra, a empresa vencedora deverá enviar juntamente com os produtos, carta de troca dos mesmos, para que aja otimização e continuidade no fornecimento de dietas.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 649.160,90

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 649.160,90 (seiscentos e quarenta e nove mil e cento e sessenta reais e noventa centavos), conforme custos unitários pormenorizados apostos conforme anexo 7.1 deste TR- Tabela do Termo de Referência.

9.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023);

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A célula orçamentária de que trata a Declaração de Disponibilidade Orçamentária será definida conforme disponibilidade e que for adequada de alocação neste Hospital, sendo detalhada no momento da assinatura de contrato

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária resp

#### **APENDICE**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 68/2024.**

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **SABRINA LIMA FERREIRA**

Presidente da Comissão de Planejamento da Nutrição do HFAB

### **ROBERTA DE SOUZA AMARAL**

Membro da Comissão de Planejamento da Nutrição do HFAB

### **MARIANA DE CARVALHO LESSA MIRANDA**

Membro da Comissão de Planejamento da Nutrição do HFAB

Despacho: “Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/21, uma vez que este contém todos os elementos necessários para Aquisição de Dietas enterais do HFAB”

### **DELMO SIFRONIO FREIRE**

Ordenador de Despesas Delegado do HFAB

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TABELA GERAL DE ITENS DO TR DIETAS.pdf (419.17 KB)

## **Anexo I - TABELA GERAL DE ITENS DO TR DIETAS. pdf**

ANEXO 1 - TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA																	
ITEM	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	SEM BENEFÍCIO/ AMPLA PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD. RESERVADA / EXCLUSIVA	QTD. AMPLA PARTICIPAÇÃO	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO		VALOR RESERVADA / EXCLUSIVA	VALOR AMPLA PARTICIPAÇÃO	VALOR TOTAL
1	X	-	-	-	475048	Esspante instantâneo de alimentos e bebidas, quentes ou frias, a base de gomas alimentares (goma xantana, guar, não alterar sabor, cheiro e coloração do alimento). Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em sachê contendo 01 a 03 gramas	GR	710	-	142	710	710	R\$	2,64	R\$ 1.874,40	-	R\$ 1.874,40
2	X	-	-	-	438826	Modulo de glutamina para dieta enteral ou oral. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em sachê contendo 05 a 10 gramas.	GR	5000	-	500	5000	5000	R\$	0,47	R\$ 2.350,00	-	R\$ 2.350,00
3	X	-	-	-	413075	Modulo de fibras solúveis. Com boa solubilidade e sem alteração de sabor e apresentação. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em sachê contendo 01 a 05 gramas.	GR	800	-	80	800	800	R\$	0,97	R\$ 776,00	-	R\$ 776,00
4	X	-	-	-	440996	Suplemento pró-bióticos. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em sachê 01 a 05 gramas.	GR	1140	-	100	1140	1140	R\$	2,95	R\$ 3.363,00	-	R\$ 3.363,00
5	X	-	-	-	435201	Modulo de TCM enriquecido com AGE. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida frasco de 250 ml a 500 ml.	ML	500	-	250	500	500	R\$	0,38	R\$ 190,00	-	R\$ 190,00
6	X	-	-	-	435201	Modulo de TCM enriquecido com AGE. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida sachê contendo 12 a 15 ml.	ML	1500	-	150	1500	1500	R\$	0,44	R\$ 660,00	-	R\$ 660,00
7	-	-	-	X	613743	Modulo de proteína (100% proteína do soro do leite). Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em sachê de 15 a 40 gramas.	GR	-	8250	800	8250	8250	R\$	1,53	R\$ 0,00	12.622,50	R\$ 12.622,50
8	X	-	-	-	613743	Suplemento proteico a base de proteína vegetal, composto por mix de proteínas vegetais. Sem glúten, sem lactose e sem soja na composição. Apresentação em pó, sachê de 20 a 30 gramas.	GR	2600	-	520	2600	2600	R\$	0,58	R\$ 1.508,00	-	R\$ 1.508,00
9	X	-	-	-	614407	Suplemento alimentar em pó a base de β-hidroximetilbutirato (HMB). Isento de glúten, sacarose e lactose. Apresentação em pó, sachê de 5 gramas.	GR	500	-	50	500	500	R\$	2,38	R\$ 1.190,00	-	R\$ 1.190,00
10	X	-	-	-	466567	Fórmula polimérica para uso oral ou enteral, específico para pacientes com Doença de Crohn, com 14% de proteína, constituído de caseína intacta, contendo "fator transformador do crescimento B2 (ou TGF-B2). Apresentação em pó, lata de 400 gramas.	GR	1600	-	400	1600	1600	R\$	0,77	R\$ 1.232,00	-	R\$ 1.232,00
11	X	-	-	-	438832	Suplemento hipercalórico e hiperproteico com consistência cremosa. Densidade calórica maior ou igual a 3,2 kcal/ml. Isento de glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em embalagem, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	6250	-	1250	6250	6250	R\$	0,39	R\$ 2.437,50	-	R\$ 2.437,50
12	X	-	-	-	436348	Suplemento alimentar via oral, acrescido de arginina e/ou colágeno hidrolisado, vitamina, A, C e E, zinco e selênio, de densidade calórica maior ou igual a 1,0 kcal/ml. Próprio para cicatrização de úlceras de pressão. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	23000	-	4600	23000	23000	R\$	0,12	R\$ 2.760,00	-	R\$ 2.760,00
13	X	-	-	-	474851	Suplemento alimentar via oral hipercalórico (DC maior ou igual a 2,0) hiperproteico com fibras. Isento de glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	20000	-	4000	20000	20000	R\$	0,17	R\$ 3.400,00	-	R\$ 3.400,00
14	X	-	-	-	438832	Suplemento alimentar via oral hipercalórico (DC maior ou igual a 2,0) hiperproteico isento de fibras e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125ml a 200 ml.	ML	20000	-	4000	20000	20000	R\$	0,21	R\$ 4.200,00	-	R\$ 4.200,00

15	X	-	-	-	437972	Alimento para nutrição oral, nutricionalmente completo, hipercalórico (2,4kcal/ml), hiperprotéico e normolipídico, de baixo volume e alta densidade calórica. Oferece alto aporte de nutrientes em pequeno volume. Isento de glúten. Possui 24% de proteínas (84% caseína e 16% caseinato de potássio e sódio), 40,7% de carboidratos (50% de maltodextrina, 49% de sacarose e 1% de outros carboidratos) e 35,3% de lipídios (56% óleo de canola e 44% de óleo de girassol). Apresentação líquida, embalagem de 125ml.	ML	12500	-	1500	12500	12500	R\$	0,17	R\$ 2.125,00	-	R\$	2.125,00
16	-	-	-	X	439022	Suplemento hipercalórico e hiperproteico com consistência cremosa. Densidade calórica maior ou igual a 1,6 kcal. Isento de glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em embalagem de 125 a 200 gramas.	GR	-	33750	1250	33750	33750	R\$	0,46	R\$ 0,00	15.525,00	R\$	15.525,00
17	X	-	-	-	404992	Suplemento alimentar via oral para paciente renal em tratamento conservador, hipercalórico (DC= maior ou igual a 1,8) hipoproteico (até 7%). Isento de sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	17000	-	2000	17000	17000	R\$	0,22	R\$ 3.740,00	-	R\$	3.740,00
18	X	-	-	-	439865	Suplemento nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidade de controle glicêmico, de densidade calórica maior ou igual a 0,9kcal/ml e teor proteico de 10% a 30% do valor calórico total. Fonte de carboidrato de baixo índice glicêmico. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	33000	-	3300	33000	33000	R\$	0,14	R\$ 4.620,00	-	R\$	4.620,00
19	X	-	-	-	354118	Suplemento alimentar líquido para uso oral, hipercalórico a partir de 1.3kcal, normoproteico, isento de glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	36000	-	3600	36000	36000	R\$	0,17	R\$ 6.120,00	-	R\$	6.120,00
20	X	-	-	-	474455	Suplemento para a nutrição oral clarificado, hipercalórico (a partir de 1,3 KCAL/ML) com 11 a 16 % de proteína 0% de lipídeo. Isento de glúten e fibra. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida, em embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	12000	-	2000	12000	12000	R\$	0,27	R\$ 3.240,00	-	R\$	3.240,00
21	X	-	-	-	439865	Suplemento para terapia nutricional oral líquido, densidade calórica mínima de 1,0 Kcal/ml, hiperproteico, contendo imunomoduladores, lipídeos >35% de óleo de peixe, acrescido de arginina (>10g/l), nucleotídeos e isento de sacarose, lactose e glúten. Com sabor. Apresentação líquida, embalagem de 200 ml.	ML	23000	-	2000	23000	23000	R\$	0,13	R\$ 2.990,00	-	R\$	2.990,00
22	X	-	-	-	453027	Suplemento hiperprotéico (acima de 23% VET) e hipercalórica (1.5 KCAL/ML) indicado para pacientes que necessitam de altas doses calóricas e proteicas e/ou restrição de volume. Apresentação em embalagem de 125 a 200 ml.	ML	36000	-	2000	36000	36000	R\$	0,17	R\$ 6.120,00	-	R\$	6.120,00
23	X	-	-	-	437402	Suplemento com combinação exclusiva de cálcio, proteína e vitamina D. Sem adição de açúcar. Pronto para beber. Com sabor. Apresentação líquida. Apresentação embalagem 200 ml.	ML	20000	-	2000	20000	20000	R\$	0,11	R\$ 2.200,00	-	R\$	2.200,00
24	X	-	-	-	431303	Suplemento oral líquido, à base de peptídeos (100% a base de proteína do soro do leite hidrolisada), normocalórico, isento de glúten e fibras alimentares. Apresentação líquida, embalagem de 125ml a 200 ml.	ML	5000	-	2000	5000	5000	R\$	0,20	R\$ 1.000,00	-	R\$	1.000,00
25	X	-	-	-	435942	Suplemento oral com indicação para pacientes oncológicos. Isento de fibras e glúten. Apresentação em Embalagem embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	20000	-	2000	20000	20000	R\$	0,25	R\$ 5.000,00	-	R\$	5.000,00
26	X	-	-	-	475598	Dieta enteral polimérica, normocalórica (DC= entre 1,0 e 1,2 kcal/ml) normoproteica (teor proteico de 14% A 18% do valor calórico total). Isenta de sacarose, glúten e fibras. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 500ml.	ML	45000	-	10000	45000	45000	R\$	0,12	R\$ 5.400,00	-	R\$	5.400,00
27	-	-	-	X	475598	Dieta enteral polimérica normocalórica (DC até 1,2 kcal/ml) normoproteica, com mix de proteína (caseinato de cálcio, proteína isolada da soja, proteína do soro do leite), isenta de fibras, sacarose e glúten. Apresentação líquida. Sistema fechado, 1000 ml.	ML	-	455000	45000	455000	455000	R\$	0,10	R\$ 0,00	45.500,00	R\$	45.500,00

28	X	-	-	-	435252	Dieta enteral líquida, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (1,2 a 1,3 Kcal/ml) e hiperproteica (≥20% de proteínas). Isenta de fibras, lactose, sacarose e glúten. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	25000	-	10000	25000	25000	R\$	0,09	R\$ 2.250,00	-	R\$	2.250,00
29	-	-	-	X	453027	Dieta enteral polimérica, hipercalórica, normoproteica, fonte de proteína proteína do leite e/ou caseína e/ou proteína de soja, fonte de carboidratos maltodextrina, fonte de lipídeos óleos vegetais e/ou de peixe e/ou TCM. Componentes adicionais AA'S,VIT.,MINERAIS, Características adicionais: isento de sacarose, lactose, glúten, fibras. Sabor com ou sem sabor. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 500 ml a 1000 ml.	ML	-	520000	50000	520000	520000	R\$	0,09	R\$ 0,00	46.800,00	R\$	46.800,00
30	X	-	-	-	474851	Dieta enteral polimérica, hipercalórica (DC=1,5), hiperproteica (mínimo 20% vet, própria para pacientes com altíssima necessidade protéica). Isenta de, sacarose, glúten e fibras. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 500 ml.	ML	45000	-	10000	45000	45000	R\$	0,16	R\$ 7.200,00	-	R\$	7.200,00
31	-	-	-	X	474851	Dieta enteral polimérica, hipercalórica (DC=1,5), hiperproteica (mínimo 20% vet, própria para pacientes com altíssima necessidade protéica). Isenta de sacarose, glúten e fibras. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	600000	60000	600000	600000	R\$	0,16	R\$ 0,00	96.000,00	R\$	96.000,00
32	X	-	-	-	404436	Dieta enteral polimérica, hipercalórica, hiperproteica (DC = Mínimo 1,3), com fibras. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	20000	-	4000	20000	20000	R\$	0,10	R\$ 2.000,00	-	R\$	2.000,00
33	-	-	-	X	404436	Dieta enteral líquida, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (1,2 a 1,3 Kcal/ml) e hiperproteica (≥20% de proteínas). Com fibras e isenta de lactose, sacarose e glúten. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	200000	4000	200000	200000	R\$	0,10	R\$ 0,00	20.000,00	R\$	20.000,00
34	-	-	-	X	404812	Alimento para nutrição enteral, nutricionalmente completo, hiperproteico e com adequada densidade calórica, especialmente formulado para atender as necessidades do paciente em alto estresse metabólico e com necessidades protéicas aumentadas. Possui relação Kcal não proteica/gN 82:1, mix de carotenóides e exclusivo MF6 (47% de fibras solúveis e 53% de fibras insolúveis). Isento de sacarose e lactose e glúten. Apresentação líquida, sistema fechado de 500 ml.	ML	-	100000	10000	100000	100000	R\$	0,14	R\$ 0,00	14.000,00	R\$	14.000,00
35	-	-	-	X	404812	Dieta enteral líquida nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica, densidade calórica 2,0 kcal/ml, hiperproteica (18 a 20% de proteína), isenta de glúten, sacarose e lactose. Apresentação líquida, sistema fechado de 500 ml.	ML	-	200000	10000	200000	200000	R\$	0,14	R\$ 0,00	28.000,00	R\$	28.000,00
36	-	-	-	X	475050	Dieta enteral polimérica, nutricionalmente completa, acrescida de arginina, zinco, vitamina A, C e E, específica para cicatrização de lesão por pressão de densidade calórica maior ou igual a 1,0 kcal/ml, teor proteico maior ou igual a 18% do valor calórico total. Isenta, sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	85000	17000	85000	85000	R\$	0,23	R\$ 0,00	19.550,00	R\$	19.550,00
37	-	-	-	X	435236	Dieta enteral líquida, nutricionalmente completa, especializada para controle glicêmico, normocalórico (DC 1,0-1,2kcal/ml), normoproteico (15-20%), ≤45% de carboidratos, com mix de fibras (predomínio de fibras solúveis). Isento de sacarose, glúten e lactose. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	250000	50000	250000	250000	R\$	0,17	R\$ 0,00	42.500,00	R\$	42.500,00



38	-	-	-	X	484229	Dieta enteral especializada para controle glicêmico, hipercalórica (DC=1,5), hiperproteica (maior ou igual a 20% do Vet), com teor de carboidrato até 45% Isenta sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	325000	65000	325000	325000	R\$	0,13	R\$ 0,00	42.250,00	R\$	42.250,00
39	-	-	-	X	438930	Dieta oligomérica de fácil absorção, normocalórica (DC=1,0) com baixo teor de lipídeos e presença de TCM para pacientes com a função intestinal comprometida. Isenta, sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado de 1000 ml.	ML	-	155000	30000	155000	155000	R\$	0,17	R\$ 0,00	26.350,00	R\$	26.350,00
40	X	-	-	-	404994	Dieta enteral líquida, nutricionalmente completa, oligomérica, hipercalórica, hiperprotéica (20 a 25%), acrescida de TCM, isenta de sacarose e glúten. Apresentação líquida, sistema fechado 500 ml.	ML	27500	-	6000	27500	27500	R\$	0,10	R\$ 2.750,00	-	R\$	2.750,00
41	X	-	-	-	435227	Dieta enteral hidrolisada a base de peptídeos, normocalórica, hiperproteica (mínimo de 25% do Vet), isento de sacarose. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Sistema fechado com conectores para adaptação no equipo de infusão. Apresentação líquida, sistema fechado 500 a 1000 ml.	ML	35000	-	10000	35000	35000	R\$	0,18	R\$ 6.300,00	-	R\$	6.300,00
42	-	-	-	X	432691	Nutrição em pó a base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas, enriquecida com mix de fibras solúveis (65%) e insolúveis (35%). Hipossódica, isenta de sacarose, lactose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação em pó, embalagem de 800 gramas.	ML	-	96800	8000	96800	96800	R\$	0,34	-	32.912,00	R\$	32.912,00
43	X	-	-	-	474295	Dieta enteral polimérica, para crianças, normocalórica (DC= 1,0 KCAL/ML) e normoprotéica (10% VET) sem fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida. Sistema fechado, embalagem 500 ml com conectores para adaptação no equipo de infusão.	ML	15000	-	5000	15000	15000	R\$	0,22	R\$ 3.300,00	-	R\$	3.300,00
44	X	-	-	-	465751	Dieta enteral polimérica, para crianças, hipercalórica (DC= 1,5 KCAL/ML) e normoprotéica (11% VET) com fibras. Com presença de EPA e DHA. Isenta sacarose e glúten. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação líquida. Sistema fechado, 500 ml, com conectores para adaptação no equipo de infusão.	ML	15000	-	5000	15000	15000	R\$	0,21	R\$ 3.150,00	-	R\$	3.150,00
45	X	-	-	-	440996	Fórmula infantil para lactantes e segmentos, nutricionalmente completa, com 100% de aminoácidos livres. Isenta de proteína láctea, sacarose, frutose, galactose e ingredientes de origem animal. Apresentação pó. Lata, 400 gramas.	GR	6000	-	800	6000	6000	R\$	0,79	R\$ 4.740,00	-	R\$	4.740,00
46	X	-	-	-	440996	Fórmula infantil de partida para lactantes, de 0 a 6 meses, adicionada de prebióticos, com DHA e ARA, com predominância de proteínas do soro do leite em relação à caseína. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação pó. Lata, 400 gramas.	GR	6000	-	800	6000	6000	R\$	0,12	R\$ 720,00	-	R\$	720,00
47	X	-	-	-	442237	Fórmula infantil de segmento para lactantes, a partir do 6º mês, adicionada de prebióticos, com DHA e ARA, com predominância do soro do leite. Sem adição de sacarose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação pó. Lata, 800 gramas.	GR	6000	-	800	6000	6000	R\$	0,13	R\$ 780,00	-	R\$	780,00
48	X	-	-	-	465622	Fórmula infantil de segmento para lactantes, a base de soja. Com DHA e ARA, sem adição de sacarose, sem leites e produtos lácteos e isenta de glúten. Com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Garantir no mínimo 50% do prazo de validade. Apresentação pó. Lata, 800 gramas.	GR	6000	-	800	6000	6000	R\$	0,14	R\$ 840,00	-	R\$	840,00

49	X	-	-	-	484229	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada as necessidades dietoterápicas específicas com 1kcal/ml. Adicionado de LC Pufas (ARA/DHA), betacaroteno e prebióticos (GOS/FOS). Isento de sacarose e glúten. Apresentação em Embalagem embalagem de 125 ml.	ML	8750	-	1250	8750	8750	R\$	0,31	R\$ 2.712,50	-	R\$	2.712,50
50	X	-	-	-	435253	Suplemento pediátrico hipercalórico (1.5 KCAL/ML) e normoprotéico com adição de fibras. Apresentação em Embalagem embalagem de 125 ml a 200 ml.	ML	14000	-	2000	14000	14000	R\$	0,19	R\$ 2.660,00	-	R\$	2.660,00
51	-	-	-	X	610251	Equipo para infusão de nutrição enteral, comprimento total aproximado de 2,37 metros (±10%), volume de prime de aproximadamente 15,0 mL, com câmara gotejadora flexível com ponta perfurante universal e entrada de ar lateral com filtro hidrofóbico bacteriológico de 0,22 µm com tampa protetora, tubo de PVC roxo, conjunto intermediário de silicone, pinça rolete e conector de nutrição enteral com tampa com alça*. Fabricado em PVC translúcido, atóxico, embalagem individual em papel grau cirúrgico (GC), estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter sua integridade e esterilidade.	UND	-	6000	1200	6000	6000	R\$	15,19	-	91.140,00	R\$	91.140,00
52	X	-	-	-	247540	Recipiente nutrição enteral, material plástico transparente, capacidade 500 ml, componentes com tampa rosqueada, alça, etiqueta, bico conector R, graduação: graduado, esterilidade: esteril, atóxico, tipo uso descartável. Apresentação embalagem individual	UND	3050	-	3000	3050	3050	R\$	2,66	R\$ 8.113,00	-	R\$	8.113,00
TIPO 1: PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP TIPO 2: SUBCONTRATAÇÃO TIPO 3 :COTA.														TOTAL RESERVADA/EXCLUSIVA			R\$	116.011,40
														TOTAL AMPLA PARTICIPAÇÃO			R\$	533.149,50
														VALOR TOTAL GLOBAL			R\$	649.160,90



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR83_2024
Data/Hora de Criação:	05/09/2024 15:35:40
Páginas do Documento:	26
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	27
Hash MD5:	721f405a9a48616c4cd617b64c9ec835
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARIANA DE CARVALHO LESSA MIRANDA no dia 05/09/2024 às 12:36:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ROBERTA DE SOUZA AMARAL no dia 05/09/2024 às 12:42:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten SABRINA LIMA FERREIRA no dia 05/09/2024 às 12:43:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RICARDO VARELA DE ARAÚJO FILHO no dia 06/09/2024 às 08:25:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel DELMO SIFRÔNIO FREIRE no dia 06/09/2024 às 18:38:13 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO